

Linguagem jurídica

1.

Se considerarmos o panorama internacional, perceberemos que o Ministério Público brasileiro é singular. Em nenhum outro país, há um Ministério Público que apresente perfil institucional semelhante ao nosso ou que ostente igual conjunto de atribuições.

Do ponto de vista da localização institucional, há grande diversidade de situações no que se refere aos Ministérios Públicos dos demais países da América Latina. Encontra-se, por exemplo, Ministério Público dependente do Poder Judiciário na Costa Rica, na Colômbia e, no Paraguai, e ligado ao Poder Executivo, no México e no Uruguai.

Constata-se, entretanto, que, apesar da maior extensão de obrigações do Ministério Público brasileiro, a relação entre o número de integrantes da instituição e a população é uma das mais desfavoráveis no quadro latino-americano. De fato, dados recentes indicam que, no Brasil, com 4,2 promotores para cada 100 mil habitantes, há uma situação de clara desvantagem no que diz respeito ao número relativo de integrantes. No Panamá, por exemplo, o número é de 15,3 promotores para cada cem mil habitantes; na Guatemala, de 6,9; no Paraguai, de 5,9; na Bolívia, de 4,5. Em situação semelhante ou ainda mais crítica do que o Brasil, estão (L11) por exemplo, o Peru, com 3,0; a Argentina, com 2,9; e, por fim, o Equador, mais a mais baixa relação: 2,4. é correto dizer que há nações (L12) proporcionalmente com menos promotores que o Brasil. No entanto, as atribuições do Ministério Público brasileiro são muitos mais (L13) extensas do que as dos Ministérios Públicos desses países.

María Tereza Sadek. A construção de um novo Ministério Público resolutivo. Internet: <<https://aplicacao.mp.mg.gov.br>>(com adaptações).

(L11) - linha 11 no texto original

(L12) - linha 12 no texto original

(L13) - linha 13 no texto original

Assinale a afirmativa certa nos itens relativos às ideias e a aspectos linguísticos do texto acima.

- Os dados expostos no terceiro parágrafo indicam que os profissionais no Ministério Público brasileiro são mais eficientes que os dos órgãos equivalentes nos demais países da América do Sul.
- Com base nos dados apresentados no texto, é correto concluir que a situação no Brasil, no que diz respeito ao número de promotores existentes no Ministério Público por habitante, está pior que a da Guatemala, mas melhor que a do Peru.
- Seriam mantidas a coerência e a correção gramatical do texto se, feitos os devidos ajustes nas iniciais maiúsculas e minúsculas, o período 'É correto (...) o Brasil' (1.11-12) fosse iniciado com um vocábulo de valor conclusivo, como logo, por conseguinte, assim ou porquanto, seguido de vírgula.

d) O objetivo do texto é provar que o número total de promotores no Brasil é menor que na maioria dos países da América Latina. ()

As questões 2 a 5 tomarão por base o seguinte texto:

A crítica à gramatiquice e ao normativismo não significa, como pensam alguns desavisados, o abandono da reflexão gramatical e do ensino da norma padrão. Refletir sobre a estrutura da língua e sobre seu funcionamento social é atividade auxiliar indispensável para o domínio da fala e da escrita. E conhecer a norma padrão é parte integrante do amadurecimento das nossas competências linguístico-culturais. O lema aqui deve ser: reflexão gramatical sem gramatiquice e estudo da norma padrão sem normativismo.

Não cabe, no ensino de português, apenas agir no sentido de os alunos ampliarem seu domínio das atividades de fala e escrita. Junto com esse trabalho (que é, digamos com todas as letras, a parte central do ensino), é necessário realizar sempre uma ação reflexiva sobre a própria língua, integrando as atividades verbais e o pensar sobre elas.

Esse pensar visa à compreensão do funcionamento interno da língua e deve caminhar de uma percepção intuitiva dos fatos a uma progressiva sistematização, acompanhada da introdução do vocabulário gramatical básico (aquele que é indispensável, por exemplo, para se entender as informações contidas nos dicionários). No fundo, trata-se de desenvolver uma atitude científica de observar e descrever a organização estrutural da língua, com destaque para a imensa variedade de formas expressivas alternativas à disposição os falantes.

Desse modo, se os conteúdos gramaticais não podem desaparecer do ensino, também não podem simplesmente permanecer arrolados e repassados como no ensino tradicional. Só existe sentido em estudar gramática, se esses conteúdos estão claramente subordinados ao domínio das atividades de fala e escrita, isto é, se eles têm efetiva relevância funcional. Ou, dito de outro modo, se conseguimos romper radicalmente com o modelo pedagógico medieval de ensino da língua, conforme descrito anteriormente.

(Carlos Alberto Faraco. 'Ensinar X Não Ensinar gramática: ainda cabe essa questão?' *Calidoscópico*, v.4, Canoas-RS: Unisinos, 2006, p.25.)

2. O texto critica a postura autoritária praticada por alguns no ensino. As duas palavras ou expressões que representam essa postura são:

- reflexão gramatical e norma padrão.
- gramática e dicionário.
- gramatiquice e normativismo.
- competência e funcionamento.

3. No segundo parágrafo, ao reconhecer um trabalho que é 'a parte central do ensino', o autor se refere

- A) à ampliação do domínio das atividades de fala e escrita por parte dos alunos.
- B) à ação reflexiva sobre a própria língua a ser estimulada pelo professor.
- C) à exploração exclusiva de atividades escritas no ensino de português.
- D) à prática pedagógica voltada sobretudo para os exercícios de memorização.

4. O autor explicita no terceiro parágrafo suas ideias a respeito do que ele chama de ' pensar sobre as atividades verbais' e inclui nas atividades descritas

- A) a ampliação do vocabulário básico.
- B) o desenvolvimento científico da atitude.
- C) a introdução das informações contidas nos dicionários.
- D) o estudo das variedades linguísticas.

5. O texto de Carlos Alberto Faraco, quanto à sua tipologia e gênero, está organizado predominantemente no modo

- A) narrativo;
- B) argumentativo;
- C) enunciativo;
- D) preditivo;

6. Leia o poema:

Poema dos olhos da amada

1 Ó minha amada
 2 Que os olhos teus
 3 São cais noturnos
 4 Cheios de adeus
 5 São docas mansas
 6 Trilhando luzes
 7 Que brilham longe
 8 Longe nos breus
 9 ó minha amada
 10 Que olhos os teus
 11 Quanto mistério
 12 Nos olhos teus
 13 Quantos saveiros
 14 Quantos navios
 15 Quantos naufrágios
 16 Nos olhos teus ...
VINIUS DE MORAIS

A invocação da amada (v.1), a associação dos olhos com o cais (v.2 e 3), a qualidade atribuída às docas (v.5) e a repetição do vocábulo quantos (v.13, 14 e 15) compõem respectivamente as seguintes figuras de linguagem:

- a) apóstrofe; metáfora; prosopopeia; anáfora.
- b) paradoxo; catacrese; metonímia; polissíndeto.
- c) eufemismo; metáfora, personificação; aliteração.
- d) apóstrofe; comparação; personificação; pleonismo

**7. Ninguém coça as costas da cadeira.
 Ninguém chupa a manga da camisa. [...]**

(José Paulo Paes)

Na composição do excerto, o poeta emprega termos figurados por falta de palavras mais apropriadas. A figura de linguagem em questão é a:

- a) catacrese.
- b) sinestesia.
- c) metáfora.
- d) metonímia.

As questões 08 a 10 tomarão por base o seguinte texto:

Que se perdoe o exagero da frase: o Fla-Flu começou no Recife. Sim, é bem verdade que a disputa de futebol entre times de Flamengo e Fluminense é criada do Rio de Janeiro, nas Laranjeiras, em um domingo de julho de 1912. Mas o verdadeiro Fla-Flu, não. O clássico como é hoje, com a grandeza contrastada pela miudeza de duas palavras monossílabas separadas por um hífen, veio à luz na capital pernambucana. E, feito uma partida, teve dois tempos: o primeiro antes mesmo de o jogo existir, em 1908, quando nasceu Mario Filho; e o segundo justamente em 1912, quando Nelson Rodrigues saiu do ventre de sua mãe. As impressões digitais deixadas pelos irmãos nas teclas de suas máquinas de escrever criaram o imaginário do clássico que completa 100 anos neste sábado. O Fla-Flu teria outra dimensão sem eles. (Alexandre Aliati. 'O Fla-Flu como ele é: Mário Filho e Nelson Rodrigues eternizam clássico'. globoesporte.com - 06/07/2012.)

8. Ao começar seu texto pedindo perdão pelo exagero, o redator se utiliza de

- A) uma licença poética que só é possível em texto literários e jornalísticos escritos em língua padrão.
- B) um recurso estilístico que permite usar um argumento inesperado como forma de introdução de um texto.
- C) uma figura de linguagem chamada hipérbole, a qual sempre se baseia em ideias de exagero expressivo.
- D) um diálogo imaginário com o leitor a fim de criar nele uma reação inicial de estranheza ou desconfiança.

9. Para o autor do texto, a mística do Fla-Flu

- A) foi construída ao longo de 100 anos de confrontos memoráveis entre os dois grandes rivais.
- B) teve uma participação direta no prestígio dos dois jornalistas pernambucanos.
- C) ganhou a dimensão que ganhou porque os dois irmãos construíram seu imaginário.
- D) recebeu as impressões digitais das teclas das máquinas de escrever desses dois torcedores ilustres.

10. A função metalinguística está presente na seguinte passagem do texto:

- A) (...) com a grandeza contrastada pela miudeza de duas palavras monossílabas separadas por um hífen.

- B) (...) o primeiro antes mesmo de o jogo existir, em 1908, quando nasceu Mario Filho.
C) (...) criaram o imaginário do clássico que completa 100 anos neste sábado.
D) (...) a disputa de futebol entre times de Flamengo e Fluminense é cria do Rio de Janeiro.

Conhecimentos Gerais e Atualidades

**11. Todo caminho da gente é resvaloso.
Mas também, cair não prejudica demais
A gente levanta, a gente sobe, a gente volta!...
O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim:
Esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa,
Sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.
Ser capaz de ficar alegre e mais alegre no meio da
alegria,
E ainda mais alegre no meio da tristeza...
(ROSA, J.G. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.)
De acordo com o fragmento do poema acima, de Guimarães Rosa, a vida é**

- A) uma queda que provoca tristeza e inquietude prolongada.
B) um caminhar de percalços e dificuldades insuperáveis.
C) um ir e vir de altos e baixos que requer alegria perene e coragem.
D) um caminho incerto, obscuro e desanimador.

**12. A discussão nacional sobre a resolução das complexas questões sociais brasileiras e sobre o desenvolvimento em bases sustentáveis tem destacado a noção de corresponsabilidade e a de complementaridade entre as ações dos diversos setores e atores que atuam no campo social. A interação entre esses agentes propicia a troca de conhecimento das distintas experiências, proporciona mais racionalidade, qualidade e eficácia às ações desenvolvidas e evita superposições de recursos e competências. De uma forma geral, esses desafios moldam hoje o quadro de atuação das organizações da sociedade civil do terceiro setor. No Brasil, o movimento relativo a mais exigências de desenvolvimento institucional dessas organizações, inclusive das fundações empresariais, é recente e foi intensificado a partir da década de 90.
(BNDES. Terceiro Setor e Desenvolvimento Social. Relato Setorial nº 3 AS/GESET. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 02 ago. 2013 (adaptado).)**

De acordo com o texto, o terceiro setor

- A) é responsável pelas ações governamentais na área social e ambiental.
B) promove o desenvolvimento social e contribui para aumentar o capital social.
C) gerencia o desenvolvimento da esfera estatal, com especial ênfase na responsabilidade social.
D) controla as demandas governamentais por serviços, de modo a garantir a participação do setor privado.

13. Uma revista lançou a seguinte pergunta em um editorial: “Você pagaria um ladrão para invadir sua casa?”. As pessoas mais espertas diriam provavelmente que não, mas companhias inteligentes de tecnologia estão, cada vez mais, dizendo que sim. Empresas como a Google oferecem recompensas para hackers que consigam encontrar maneiras de entrar em seus softwares. Essas companhias frequentemente pagam milhares de dólares pela descoberta de apenas um bug – o suficiente para que a caça a bugs possa fornecer uma renda significativa. As empresas envolvidas dizem que os programas de recompensa tornam seus produtos mais seguros. “Nós recebemos mais relatos de bugs, o que significa que temos mais correções, o que significa uma melhor experiência para nossos usuários”, afirmou o gerente de programa de segurança de uma empresa. Mas os programas não estão livres de controvérsias. Algumas empresas acreditam que as recompensas devem apenas ser usadas para pegar cibercriminosos, não para encorajar as pessoas a encontrar as falhas.

E também há a questão de double-dipping – a possibilidade de um hacker receber um prêmio por ter achado a vulnerabilidade e, então, vender a informação sobre o mesmo bug para compradores maliciosos.

Disponível em: <<http://pcworld.uol.com.br>>.

Acesso em: 30 jul. 2013 (adaptado).

Considerando o texto acima, infere-se que

- A) os caçadores de falhas testam os softwares, checam os sistemas e previnem os erros antes que eles aconteçam e, depois, revelam as falhas a compradores criminosos.
B) os caçadores de falhas agem de acordo com princípios éticos consagrados no mundo empresarial, decorrentes do estímulo à livre concorrência comercial.
C) a maneira como as empresas de tecnologia lidam com a prevenção contra ataques dos cibercriminosos é uma estratégia muito bem-sucedida.
D) os usuários de serviços de empresas de tecnologia são beneficiários diretos dos trabalhos desenvolvidos pelos caçadores de falhas contratados e premiados pelas empresas.

14. De um ponto de vista econômico, a globalização é a forma como os mercados de diferentes países interagem e aproximam pessoas e mercadorias. A superação de fronteiras gerou uma expansão capitalista que tornou possível realizar transações financeiras e expandir os negócios para mercados distantes e emergentes. O complexo fenômeno da globalização resulta da consolidação do capitalismo, dos grandes avanços tecnológicos e da necessidade de expansão do fluxo comercial mundial. As inovações nas áreas das telecomunicações e da informática (especialmente com a Internet) foram determinantes para a construção de um mundo globalizado.

(Disponível em: <www.significados.com.br>. Acesso em: 2 jul. 2013 (adaptado).)

Sobre globalização, avalie as afirmações a seguir.

I. É um fenômeno gerado pelo capitalismo, que impede a formação de mercados dinâmicos nos países emergentes.

II. É um conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que aprofunda a integração econômica, social, cultural e política.

III. Atinge as relações e condições de trabalho decorrentes da mobilidade física das empresas.

É correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

15. Uma sociedade sustentável é aquela em que o desenvolvimento está integrado à natureza, com respeito à diversidade biológica e sociocultural, exercício responsável e consequente da cidadania, com a distribuição equitativa das riquezas e em condições dignas de desenvolvimento. Em linhas gerais, o projeto de uma sociedade sustentável aponta para uma justiça com equidade, distribuição das riquezas, eliminando-se as desigualdades sociais; para o fim da exploração dos seres humanos; para a eliminação das discriminações de gênero, raça, geração ou de qualquer outra; para garantir a todos e a todas os direitos à vida e à felicidade, à saúde, à educação, à moradia, à cultura, ao emprego e a envelhecer com dignidade; para o fim da exclusão social; para a democracia plena.

(TAVARES, E. M. F. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br>>. Acesso em: 25 jul. 2013 (adaptado).)

Nesse contexto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Os princípios que fundamentam uma sociedade sustentável exigem a adoção de políticas públicas que entram em choque com velhos pressupostos capitalistas.

PORQUE

II. O crescimento econômico e a industrialização, na visão tradicional, são entendidos como sinônimos de desenvolvimento, desconsiderando-se o caráter finito dos recursos naturais e privilegiando-se a exploração da força de trabalho na acumulação de capital.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

16. Texto I

Muito me surpreendeu o artigo publicado na edição de 14 de outubro, de autoria de um estudante de Jornalismo, que compara a

legislação antifumo ao nazismo, considerando-a um ataque à privacidade humana. Ao contrário do que afirma o artigo, os fumantes têm, sim, sua privacidade preservada. (...) Para isso, só precisam respeitar o mesmo direito à privacidade dos não fumantes, não impondo a eles que respirem as mesmas substâncias que optam por inalar e que, em alguns casos, saem da ponta do cigarro em concentrações ainda maiores.

(FITERMAN, J. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br>>. Acesso em: 24 jul. 2013 (adaptado).)

Texto II

Seguindo o mau exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, o estado do Paraná, ao que tudo indica, também adotará a famigerada lei antifumo, que, entre outras coisas, proíbe a existência de fumódromos nos espaços coletivos e estabelece punições ao proprietário que não coibir o fumo em seu estabelecimento. É preciso, pois, perguntar: tem o Estado o direito de decidir a política tabagista que o dono de um bar, por exemplo, deve adotar? Com base em que princípio pode uma tal interferência ser justificada? A lei somente se justificaria caso seu escopo se restringisse a locais cuja propriedade é estatal, como as repartições públicas. Não se pode confundir um recinto coletivo com um espaço estatal. Um recinto coletivo, como um bar, continua sendo uma propriedade privada. A lei representa uma clara agressão ao direito à propriedade.

(PAVÃO, A. Disponível em: <<http://agguinaldopavao.blogspot.com.br>>. Acesso em: 24 jul. 2013 (adaptado).)

Os textos I e II discutem a legitimidade da lei antifumo no Brasil, sob pontos de vista diferentes. A comparação entre os textos permite concluir que, nos textos I e II, a questão é tratada, respectivamente, dos pontos de vista

- A) ético e legal.
- B) jurídico e moral.
- C) moral e econômico.
- D) econômico e jurídico.

17. Durante décadas, a televisão foi o mais popular e influente meio de comunicação de massa, tendo esse quadro mudado, nos últimos anos: entre 2011 e 2012, por exemplo, de acordo com pesquisas, as emissoras abertas de televisão perderam 7% de sua audiência. Essa queda configura tendência mundial devida, entre outros fatores,

- a) a boicotes de grupos políticos e religiosos contra determinados programas e emissoras específicas.
- b) à concorrência de outras formas de entretenimento eletrônico, como a Internet, os videogames, os smartphones e os tablets.
- c) ao investimento governamental em teatros, salas de concerto e outros tipos de entretenimento cultural.
- d) à falta de renovação dos formatos televisivos, que se mantêm iguais desde a década de cinquenta do

século passado, com seriados, telenovelas, jornalismo e programas de jogos.

18. No atual contexto mundial assistimos à difusão de uma profunda crise ambiental, manifestada pela iminência do esgotamento de recursos naturais, bem como pela perda da diversidade biológica, crescente produção de rejeitos comprometedores das condições ambientais, ou ainda pelos indícios de mudanças climáticas. Nesse sentido, há também o crescimento da consciência que o sistema econômico-social dominante no planeta apresenta uma profunda incompatibilidade com a sustentabilidade ambiental. Assim sendo, assinale a alternativa em que todos os itens apresentados correspondam a princípios do Desenvolvimento Sustentável.

- a) Redução da pobreza; Ampliação do nível de consumo em todos os países; reciclagem e reutilização de bens.
- b) Reorientação das relações internacionais, objetivando a redução das desigualdades; uso racional dos recursos naturais; satisfação das necessidades essenciais como emprego, água, energia, alimento e saneamento básico.
- c) Uso de fontes renováveis de energia, a exemplo do petróleo; rigorosas políticas antinatalistas; prática de agricultura orgânica.
- d) Reorientação das políticas de produção industrial para o modelo fordista; uso de fontes renováveis de energia, a exemplo da energia eólica e solar; difusão das monoculturas de exportação.

19. Uma das características marcantes do contexto atual, marcado pelo avanço da globalização da economia, é a presença de diversos organismos supranacionais com a finalidade de regular as relações econômicas, políticas, militares, ambientais etc. Nesse sentido, assinale a única alternativa VERDADEIRA acerca dessas organizações.

- a) O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) é o órgão que toma decisões sobre paz e segurança mundiais. É composto por 15 membros, sendo 5 permanentes e 10 rotativos. O notável crescimento econômico do Brasil na última década garantiu ao país uma vaga como membro permanente deste conselho.
- b) O Fundo Monetário Internacional (FMI) tem tido atuação decisiva no atual contexto internacional, principalmente nos países mais pobres, onde tem incentivado a cooperação financeira e adoção de políticas protecionistas para defender seus mercados.
- c) A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi criada em 1995, em substituição ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), criado em 1947. Dentre os principais objetivos da OMC destacam-se a promoção e regulação do comércio entre as nações, além de supervisionar acordos assinados sobre agricultura, indústria, serviços e propriedade intelectual.
- d) A criação, em 1991, do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), tem contribuído para ampliar as trocas comerciais entre os países-membros (Brasil,

Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela), sendo hoje o mais bem sucedido exemplo de mercado regional, atingindo o estágio de União Econômica e Monetária.

20. A tendência à formação de blocos de países é uma das mais definidoras características da globalização. Ao criar a União Europeia, o Velho Mundo deu mostras de vitalidade e de compreensão acerca da realidade. Relativamente a esse bloco europeu, assinale a opção correta.

- a) O euro é a moeda única do bloco, adotada pelo conjunto de seus integrantes.
- b) Os antigos países socialistas do Leste foram impedidos de se filiar ao bloco.
- c) O vigor econômico do bloco tornou-o imune a crises financeiras.
- d) O cenário econômico apresentado pela União Europeia é de assimetria.

Teoria Geral do Estado

21. Os elementos, encontrados em todas as sociedades, por mais diversas que sejam suas características, são:

- a) Poder social e manifestações de conjunto ordenadas.
- b) Ordem Jurídica, ordem social e poder social.
- c) Finalidade social, manifestações de conjunto ordenadas e poder social.
- d) Poder social, ordem social e finalidade social.

22. O conceito de Estado é central na Teoria Geral do Estado. Os autores indicam que o termo “Estado” no sentido que se mostra hoje, como sociedade política de vocação permanente dotada de poder, apareceu pela primeira vez:

- a) O conceito de Estado surge com o de Pólis, na Grécia.
- b) A primeira referência ao termo é de Maquiavel.
- c) Sua formulação original integra o Direito Romano.
- d) A definição passou a ser utilizada na Revolução Francesa.

23. Os elementos essenciais do Estado são:

- a) Território, poder social e cidadãos.
- b) Soberania, território e povo.
- c) População, fronteiras geográficas e soberania.
- d) Nação, soberania e território.

24. Quais as duas grandes teorias a respeito da personalidade jurídica do Estado?

- a) Teoria ficcionista e realista.
- b) Teoria natural e contratual.
- c) Teoria ficcionista e contratual.
- d) Teoria natural e realista.

25. É pela escola clássica francesa com Rousseau, que a Soberania adquiriu características fundamentais e conforme praticamente a

totalidade dos estudiosos a Soberania é vista como:

- a) Una, divisível, alienável e imprescritível.
- b) Una, indivisível, inalienável e prescritível.
- c) Una, divisível, inalienável e prescritível.
- d) Una, indivisível, inalienável e imprescritível.

Direito Constitucional

26. A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, considere as seguintes assertivas:

- I. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- II. São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, trabalhada pela família, será, excepcionalmente, objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- IV. O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

Nos termos da Constituição Federal, está correto o que consta em:

- a) I, II, III e IV.
- b) II e III, apenas
- c) I e III, apenas
- d) I, II e IV, apenas

27. O movimento constitucional gerador da constituição em sentido moderno tem várias raízes, localizadas em horizontes temporais diacrônicos e em espaço histórico, geográfico e culturais diferenciados. Em termos rigorosos não há um constitucionalismo mas vários constitucionalismos. Será preferível dizer que existem diversos movimentos constitucionais com corações nacionais mas também com alguns momentos de aproximação entre si, fornecendo uma complexa tessitura histórico-cultural. É mais rigoroso falar de vários movimentos constitucionais do que de vários constitucionalismos porque isso permite recortar desde já uma noção básica de constitucionalismo (J. J. Gomes Canotilho. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2000, p. 51 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca dos conceitos de constituição e constitucionalismo.

- a) O ponto central do movimento constitucionalista inglês foi a revolução gloriosa (1688-89), quando então se iniciou o movimento político-jurídico de limitação dos poderes do rei, por meio de instrumento jurídicos do tipo Magna Carta, que possuem a mesma natureza jurídica de uma constituição.
- b) Com o movimento constitucionalista francês, a partir da revolução francesa, sedimentou-se a visão de direitos individuais do homem, em oposição à visão do homem como integrante de um segmento estamental, adotado pelo movimento constitucionalista inglês.

c) No âmbito brasileiro, a Constituição Imperial de 1824 pode ser classificada como flexível, com base no que prescrevia seu art. 178: "É só Constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos, e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos. Tudo o que não é Constitucional pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas legislaturas ordinárias".

d) O princípio da supremacia da constituição teve no movimento constitucionalista inglês a sua mais significativa aplicação.

28. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Poder Constituinte formal é aquele que se refere a auto-organização do Estado.
- b) O Poder Constituinte Derivado também pode ser denominado como um Poder Constituinte Limitado.
- c) O Poder Constituinte Originário é ilimitado.
- d) Uma das características do Poder Constituinte Derivado é ele ser condicionado.

29. De acordo com a teoria geral do direito constitucional, o conceito de Constituições pode ser concebido em diferentes sentidos. Aponte a alternativa que corresponde aos autores clássicos que concebem a Constituição, respectivamente, nos sentidos sociológico, político e jurídico.

- a) Carl Schmitt, Ferdinand Lassalle e Hans Kelsen
- b) Carl Schmitt, Hans Kelsen e Ferdinand Lassalle.
- c) Ferdinand Lassalle, Carl Schmitt e Hans Kelsen.
- d) Ferdinand Lassalle, Hans Kelsen e Carl Schmitt.

30. Considere as seguintes normas constitucionais:

- I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- II. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- III. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- IV. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

São normas de eficácia limitada os preceitos indicados SOMENTE em:

- a) I, II e III
- b) I e III
- c) II e IV
- d) II e IV

31. Assinale a opção correta acerca do controle abstrato de constitucionalidade estadual e seu delineamento pela jurisprudência do STF.

A) Declarada no todo ou em parte a inconstitucionalidade em abstrato de lei ou ato normativo estadual ou municipal, o Poder Legislativo responsável pela sua emissão terá de ser comunicado com vistas à suspensão da execução dos textos invalidados.

B) Por constituir a ação direta de inconstitucionalidade estadual processo de índole político-administrativa, não cabe recurso extraordinário contra decisão final nela proferida.

C) É dever dos estados seguir com simetria o modelo de propositura da ação estabelecido para o controle abstrato de constitucionalidade federal, fazendo, para tanto, as devidas adaptações dos entes legitimados.

D) Ao julgar ação direta de inconstitucionalidade estadual, o respectivo tribunal de justiça poderá analisar, incidentalmente, eventual inconstitucionalidade do próprio parâmetro de controle estadual invocado na inicial.

32. Acerca das fontes normativas integrantes do ordenamento jurídico do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

A) Todas as normas da CF são de observância obrigatória para estados e municípios, devendo ser necessariamente observadas pelas respectivas leis fundamentais.

B) Embora as leis orgânicas municipais estejam sujeitas às constituições dos respectivos estados-membros, estas últimas não têm o poder de disciplinar assunto considerado de interesse local.

C) Decreto autônomo do governador de um estado federado deve ater-se aos limites do poder regulamentar.

D) Conflitos entre leis estaduais e leis municipais têm de ser sanados necessariamente em favor das leis estaduais.

33. Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito é correto afirmar:

a) que têm poderes de investigação equivalentes aos das autoridades judiciárias, podendo inclusive decretar a prisão de parlamentares quando convocados, bastando o Presidente da Comissão expedir a ordem, após a deliberação por dois terços de seus membros.

b) que, ordinariamente, serão criadas em conjunto, dela participando os representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

c) que suas conclusões, acompanhadas dos documentos comprobatórios, serão encaminhadas ao Poder Judiciário para a obtenção de sentenças condenatórias nos juízos cível e criminal dos responsáveis, conforme previsto no relatório aprovado no âmbito da Comissão.

d) que serão criadas para apuração de fato determinado e por prazo certo.

34. Considerando o disposto na CF sobre o presidente da República, assinale a opção correta.

a) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á primeiramente, entre os remanescentes, o mais idoso.

b) Se, decorridos cinco dias da data fixada para a posse, o presidente ou o vice-presidente da República, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

c) Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, ou vacância desses cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do STF.

d) Será considerado eleito presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco.

35. Com relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro, conforme disposto na Constituição Federal, assinale a opção correta.

a) O ordenamento jurídico-constitucional admite o direito de secessão ao ente federativo.

b) A União pode intervir diretamente nos municípios situados no âmbito territorial dos estados-membros da Federação.

c) Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre recursos minerais, jazidas, minas, direito ambiental e direito agrário.

d) Insere-se no âmbito de competência exclusiva da União a exploração dos serviços e instalações nucleares de qualquer natureza.

Filosofia

36. Pensamento, conhecimento, realidade e linguagem, segundo estudado no início da disciplina, compõe um todo.

A partir da elaboração acima podemos afirmar que:

I - O pensar necessita de uma interação com a realidade para dinamizar o pensamento.

II - A linguagem é um capricho de valor secundário ao pensamento.

III - O conhecimento sempre flui do pensamento apenas pela energia interna da razão.

IV - A realidade estimula ou desafia o pensamento, gerando o conhecimento e a linguagem.

Podemos aceitar como correto o que se afirma em:

A) I e IV

B) I e III

C) II e III

D) III e IV

37. Conforme texto trabalhado na disciplina, podemos afirmar que “A Filosofia caracteriza-se e, portanto, diferencia-se das demais formas de conhecimento, também pelo método e pelos procedimentos que utiliza para buscar as respostas. Podemos dizer que fazer filosofia é realizar um processo investigativo reflexivo que seja crítico, rigoroso, profundo ou “radical”, abrangente, ou que busque totalidades referenciais significativas sobre ou com base

naquelas certas questões, às quais já nos referimos sem, ainda, indicá-las”.

Lorieri, Marco Antônio. Filosofia: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002, p.36.

A partir do texto de Lorieri avalie as seguintes afirmações.

I - O filosofar é uma atividade mental sistemática, com exigências e questões próprias.

II - O filosofar exige aceitação e obediência incondicional às verdades previamente conhecidas.

III - O filosofar exige inquietação, questionamento, profundidade e coerência.

IV - O filosofar é uma atividade introspectiva que cada um conduz conforme se parecer.

Podemos aceitar como verdadeiras apenas as afirmações:

A) I e IV

B) II e IV

C) I e III

D) II e IV.

38. Os pensadores, pré-socráticos, tidos como primeiros pensadores a buscarem uma explicação racional sobre alguns assuntos, em geral viveram antes de Sócrates, desenvolveram suas concepções em lugares distantes de Atenas e em distintas escolas, embora com algumas identificações mútuas.

Avalie as seguintes afirmações sobre estes pensadores e suas abordagens.

I - Elaboram sólidos argumentos em defesa dos fundamentos míticos da cultura grega.

II - Suas principais obras preservadas geram contínuas pesquisas sobre a racionalidade.

III - Adotam, em geral, uma postura semelhante à científica na investigação do mundo físico.

IV - Concluem a teoria dos quatro elementos fundamentais da natureza e do átomo.

São aceitáveis como verdadeiras as afirmações:

A) I e II

B) I e III

C) II e IV

D) III e IV

39. A Idade Média é marcada por um pensamento de matriz religiosa cristã, como sabemos. Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino são dois grandes pensadores sempre lembrados quando nos remetemos à da filosofia desta época.

Avalie as seguintes considerações:

I - Ambos afirmam a autonomia absoluta do Sagrado, da fé, e descartam saber humano.

II - Ambos afirmam a autonomia do conhecimento humano, a filosofia, e relativizam o sagrado.

III - Agostinho valoriza a filosofia grega de Platão no estudo da fé, interpretação da Bíblia.

IV - Tomás valoriza a filosofia de Aristóteles na interpretação da Bíblia e afirmação da existência de Deus.

São verdadeiras as afirmações:

a) I e IV

b) II e III

c) I e III

d) III e IV

40. O iluminismo, movimento intelectual que se tornou referência e auge da modernidade, mostra-se particularmente interessante ao estudante da área jurídica por quê:

I - Fundamenta na racionalidade a cidadania, as questões sociais e jurídicas.

II - Exalta os direitos individuais, a dignidade e a igualdade dos indivíduos humanos.

III - Fundamenta na fé o imprescindível lugar do sagrado no avanço das leis.

IV - Proclama um futuro de desafios e dificuldades gerados pelo excesso de racionalismo.

São pertinentes as afirmações:

A) I e II

B) I e III

C) II e IV

D) III e IV

Direito Civil

41. Em relação às pessoas naturais marque a opção CORRETA.

a) A pessoa natural adquire a personalidade jurídica apenas quando atinge a maioridade civil, aos 18 anos.

b) A personalidade civil da pessoa natural surge e desaparece, respectivamente, com a concepção e a morte.

c) A personalidade jurídica pode ser adquirida tanto aos 18 anos quanto com a emancipação aos 16 anos de idade.

d) A personalidade jurídica da pessoa natural não tem início com a concepção.

42. Analise as assertivas abaixo e marque a opção CORRETA.

a) Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos podem ser considerados absolutamente incapazes.

b) A capacidade de exercício não pressupõe a de direito.

c) Ter capacidade de fato é ter aptidão para praticar todos os atos da vida civil, seja pessoalmente, seja por assistência ou representação.

d) Uma pessoa em estado de coma não deve ser considerada absolutamente incapaz, já que esse estado pode não ser definitivo.

43. Analise as assertivas abaixo e marque a opção CORRETA:

a) A incapacidade relativa pode ser invocada por qualquer uma das partes do negócio jurídico.

b) Nas declarações de vontade se atende mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção das partes nela consubstanciada.

c) Se houver exigência legal, a validade de vontade não dependerá de forma especial.

d) A validade da vontade dependerá de forma especial, se as partes assim convencionarem.

44. A respeito da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção CORRETA.

- a) Somente as pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos são atingidas pela referida teoria.
- b) A desconsideração da personalidade jurídica não depende de prévia dissolução da pessoa jurídica.
- c) O juiz ao se deparar com o abuso da personalidade jurídica independentemente de provocação declarará a desconsideração da personalidade jurídica.
- d) Cabe sempre ao MP requerer a desconsideração da personalidade jurídica, e ao interessado apenas nas hipóteses elencadas no Código Civil.

45. Em relação aos direitos da personalidade é CORRETO afirmar que:

- a) Havendo lesão a direito da personalidade, em se tratando de morto, não é possível reclamar perdas e danos, tendo em vista que os direitos da personalidade são intransmissíveis.
- b) É permitida a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, com objetivo altruístico ou científico, para depois da morte, sendo tal ato de disposição revogável a qualquer tempo.
- c) Como regra geral, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, mas seu exercício poderá sofrer irrestrita limitação voluntária.
- d) A proteção dos direitos da personalidade das celebridades e das chamadas pessoas públicas é mais flexível, sendo permitido utilizar o seu nome para finalidade comercial, ainda que sem prévia autorização.

46. Flávia, divorciada, dezessete anos de idade, celebra um contrato de locação de um imóvel de sua propriedade, sem a assistência de seus pais. Pode-se afirmar que o contrato é:

- a) Nulo em virtude da incapacidade de Flávia, já que com o divórcio a emancipação perdeu seus efeitos.
- b) Anulável em virtude da incapacidade de Flávia, já que com o divórcio a emancipação perdeu seus efeitos.
- c) Anulável, pois Flávia é relativamente incapaz.
- d) Válido, pois Flávia está emancipada.

47. Em relação aos atos ilícitos marque a opção CORRETA:

- a) O ato ilícito pode ocorrer somente da omissão.
- b) Basta somente o dano material para caracterizar o ato ilícito.
- c) O ato ilícito nem sempre resulta da violação do direito e do dano causado a outrem.
- d) A ilicitude da conduta é dispensável para a configuração do dever de indenizar.

48. Analise as assertivas abaixo e marque a opção CORRETA:

- a) Se a prescrição for suspensa em favor de um dos credores solidários, só aproveitará aos demais se a obrigação for divisível.
- b) A alteração dos prazos por acordo entre as partes é admissível na decadência, porém não o é na prescrição.
- c) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.

- d) Os prazos prescricionais podem ser alterados, desde que seja convencionado pelas partes.

49. A prescrição corre normalmente:

- a) Entre ascendentes e descendentes durante o poder familiar.
- b) Entre os cônjuges na constância da sociedade conjugal.
- c) Contra os relativamente incapazes.
- d) Contra os absolutamente incapazes.

50. Acerca das invalidades do negócio jurídico marque a opção CORRETA:

- a) Celebrado por pessoa absoluta e relativamente incapaz o negocio jurídico é nulo.
- b) A nulidade absoluta pode ser alegada pelo MP ou qualquer interessado e ainda declarada ou suprida de ofício pelo juiz.
- c) O prazo para se requerer a anulabilidade do negócio jurídico por vício do consentimento é prescricional.
- d) O negócio jurídico nulo sempre convalida pelo decurso de tempo, independentemente de convalidação das partes.

Sociologia Geral e Jurídica

51. Segundo Chaim Perelman, ao tratar da argumentação jurídica na obra Lógica Jurídica, a decisão judicial aceitável deve satisfazer três auditórios para os quais ela se destina.

Assinale a alternativa que indica corretamente os auditórios.

- a) A opinião pública, o parlamento e as cortes superiores.
- b) As partes em litígio, os profissionais do direito e a opinião pública.
- c) As partes em litígio, o parlamento e as cortes superiores.
- d) As cortes superiores, os organismos internacionais e os profissionais do direito.

52. Em seu livro Levando os Direitos a Sério, Ronald Dworkin cita o caso Riggs contra Palmer, em que um jovem matou o próprio avô para ficar com a herança. O Tribunal de Nova Iorque (em 1889) julga o caso considerando que a legislação do local e da época não previa o homicídio como causa de exclusão da sucessão. Para solucionar o caso, o Tribunal aplica o princípio, não legislado, do direito que diz que ninguém pode se beneficiar de sua própria iniquidade ou ilicitude. Assim, o assassino não recebeu sua herança.

Com esse exemplo podemos concluir que a jusfilosofia de Ronald Dworkin, dentre outras coisas, pretende

- a) revelar que a responsabilidade sobre o maior ou menor grau de justiça de um ordenamento jurídico é responsabilidade exclusiva do legislador que deve se esforçar por produzir leis justas.
- b) mostrar como as cortes podem ser ativistas quando decidem com base em princípios e não com

base na lei e que decidir assim fere o estado de direito.

c) defender que regras e princípios são normas jurídicas que possuem as mesmas características e, por isso, ambos podem ser aplicados livremente pelos tribunais.

d) argumentar que regras e princípios são normas com características distintas e em certos casos os princípios poderão justificar de forma mais razoável a decisão judicial, pois a tornam também moralmente aceitável.

53. “Levado pela onipresença dos dispositivos de disciplina, apoiando-se em todas as aparelhagens carcerárias, este poder se tornou uma das funções mais importantes de nossa sociedade. Nela há juizes da normalidade em toda parte. Estamos na sociedade do professor-juiz, do médico-juiz, do educador-juiz, do ‘assistente social’-juiz; todos fazem reinar a universalidade do normativo; e cada um no ponto em que se encontra, aí submete o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos”.

No trecho acima, extraído da obra Vigiar e punir, Michel Foucault refere-se ao tipo de poder cujo grande apoio, na sociedade moderna, foi a rede carcerária, em suas formas concentradas ou disseminadas, com seus sistemas de inserção, distribuição, vigilância, observação. Este poder é denominado pelo filósofo de poder;

- a) totalitário
- b) total.
- c) judiciário.
- d) normalizador.

54. Assinale a opção correta no que concerne à evolução histórica da sociologia do direito.

a) Desde a Antiguidade, o estudo das transformações sociais e jurídicas, objeto da sociologia do direito, é desenvolvido com rigor científico.

b) As drásticas mudanças nas relações sociais e jurídicas oriundas da Revolução Industrial repercutiram nos fundamentos da sociologia do direito.

c) O problema da marginalidade sempre teve importância secundária nas tematizações sociológicas.

d) Para demarcar o campo temático da sociologia em face de outras áreas do conhecimento, os sociólogos tiveram de definir de modo estrito seu objeto de estudo; nas primeiras reflexões sociológicas, por exemplo, evitava-se tratar do fenômeno da pobreza, tema afeto à esfera das ciências econômicas.

55. Em relação às possibilidades de controle social formal, informal a alternativo, assinale a opção correta.

a) O Estado laico limita a função de controle social informal dos poderes religiosos.

b) A educação representa forma de controle social informal.

c) A ação das polícias que extrapola seu rol legal de competência é exemplo de controle social alternativo.

d) O poder público é o único titular do controle social no âmbito do estado democrático de direito.

Direito Penal

56. Assinale a alternativa CORRETA no que se refere à NORMA PENAL NÃO INCRIMINADORA, com base nas assertivas de I a IV:

I - A norma penal não incriminadora só possui o preceito primário e tem caráter procedimental, processual, conceitual.

II - Podem ser explicativas ou interpretativas, quando esclarecem o conteúdo de outras normas ou fornecem princípios ou teorias gerais para a aplicação da lei penal.

III – Podem ser permissivas, quando autorizam a prática de crimes.

IV - Podem ser exculpantes, quando excluem a culpa do agente na prática da conduta.

- a) As assertivas I e V são verdadeiras.
- b) A assertiva II é falsa.
- c) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- d) – A assertiva III é falsa.

57. Assinale a alternativa INCORRETA no que se refere à NORMA PENAL INCRIMINADORA, com base nas assertivas de I a V:

I - Definem novos tipos penais e cominam as respectivas sanções, podendo retroagir.

II - Excluem do mundo jurídico o tipo penal e sempre retroagem.

III - Pioram o tipo penal já existente nunca retroagindo.

IV - Melhoram o tipo penal já existente, carregando consigo o princípio da retroatividade.

V – Pioram o tipo penal já existente, carregando consigo o princípio da ultratividade.

- a) A assertiva I é falsa.
- b) As assertivas II e III são verdadeiras.
- c) As assertivas IV e V são falsas.
- d) – A alternativa V é falsa.

58. Assinale a alternativa INCORRETA no que diz respeito à NORMA PENAL EM BRANCO, levando-se em consideração as assertivas de I a V:

I - As normas penais em branco são aquelas que estabelecem as regras ou cominação penal, ou seja, a sanção penal, mas remetem a complementação para que possam ser aplicadas ao fato concreto.

II – Podem depender de complemento normativo.

III – Seu complemento pode ser homovitelino ou heterovitelino.

IV – Seu complemento pode ser heterogêneo e ao mesmo tempo heterovitelino.

V – Podem depender de complemento valorativo, ou seja, a norma jurídica tem que valorar a melhor maneira de sua aplicação.

- a) As alternativas I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as alternativas IV e V são falsas.
- c) A alternativa III é falsa.
- d) Apenas as alternativas I, II e III são verdadeiras.

59. Assinale a alternativa CORRETA acerca da NORMA PENAL EM BRANCO DE COMPLEMENTO HOMOVITELINO, com base nas assertivas de I a V:

- I – Lei penal complementada por lei penal.
- II – Lei civil complementada por lei civil.
- III – Lei penal complementada por lei civil.
- IV – Lei civil complementada por lei penal.
- V – Lei complementada por norma diversa.

- a) Apenas uma alternativa é verdadeira.
- b) Apenas duas alternativas são verdadeiras.
- c) Nenhuma alternativa é verdadeira.
- d) Todas as alternativas são verdadeiras.

60. Assinale a alternativa CORRETA acerca da NORMA PENAL EM BRANCO DE COMPLEMENTO HETEROVITELINO, com base nas assertivas de I a V:

- I – Lei penal complementada por lei penal.
- II – Lei civil complementada por lei civil.
- III – Lei penal complementada por lei civil.
- IV – Lei civil complementada por lei penal.
- V – Lei complementada por norma diversa.

- a) Apenas uma alternativa é verdadeira.
- b) Apenas duas alternativas são verdadeiras.
- c) Nenhuma alternativa é verdadeira.
- d) Todas as alternativas são verdadeiras.

61. Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito à MISSÃO FUNDAMENTAL DO DIREITO PENAL, com base nas assertivas de I a V:

- I – Reconhecer o fato insignificante, detectar a culpabilidade, estabelecer a pena.
- II – Intervenção mínima, defesa de bens jurídicos, aquilatar a ofensividade.
- III – Defender bens jurídicos, reconhecer a insignificância e intervenção mínima.
- IV – Estabelecer a necessidade e a suficiência da pena, conceder o perdão judicial e detectar o fato penalmente irrelevante.
- V – Estabelecer a culpabilidade, aquilatar a ofensividade e verificar a materialidade do fato.

- a) Apenas as assertivas I, II e III são falsas.
- b) Apenas as assertivas IV e V são verdadeiras.
- c) Apenas a alternativa I é falsa.
- d) Apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.

62. Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito à LEI PENAL, com base nas assertivas de I a V:

- I - Princípio da Retroatividade da lei penal mais branda.
- II - Princípio da Irretroatividade da lei penal mais severa.
- III – Princípio da Ultratividade
- IV - Princípio da Taxatividade ou da Determinação
- V - Princípio da Anterioridade

- a) Nenhuma assertiva é verdadeira.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas quatro assertivas são verdadeiras.
- d) Apenas três assertivas são falsas.

63. Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito ao FATO PENALMENTE RELEVANTE, com base nas assertivas de I a V:

- I - Princípio da materialidade e Princípio da legalidade.
- II - Princípio da legalidade e Princípio da intervenção mínima.
- III – Princípio da ofensividade e Princípio da culpabilidade.
- IV - Princípio da verdade real e Princípio da responsabilidade subjetiva.
- V – Princípio da ultratividade e Princípio da retroatividade benéfica.

- a) Nenhuma assertiva é verdadeira.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas uma assertiva é verdadeira.
- d) Apenas três assertivas são falsas.

64. Assinale a alternativa CORRETA no que se refere ao AGENTE ATIVO DO FATO, com base nas assertivas de I a V:

- I – Responsabilidade Subjetiva.
- II – Igualdade ou isonomia
- III – Proibição da presunção de culpabilidade.
- IV – Culpabilidade normativa.
- V – Imputabilidade.

- a) Nenhuma assertiva é verdadeira.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas uma assertiva é verdadeira.
- d) Apenas três assertivas são falsas.

65. Assinale a alternativa INCORRETA no que se refere à CULPABILIDADE adotada em regra pelo Código Penal Brasileiro, com base nas assertivas de I a V:

- I - Inimputabilidade
- II - Potencial conhecimento da licitude.
- III - Medida da culpabilidade.
- IV - Exigibilidade de conduta diversa.
- V – Situação psicológica do sujeito.

- a) As assertivas I e II são falsas.
- b) A assertiva V é verdadeira.
- c) A assertiva IV é verdadeira e a assertiva III é falsa.
- d) A assertiva III é verdadeira.

Fundamentos Antropológicos da Ética Cristã

66. Ao iniciarmos a disciplina ressaltamos a importância de precisar o conceito de ética para evitar ambiguidades. Assim buscamos deixar claro que Ética é:

- I - A prática dos costumes vigentes segundo a cultura dominante.
- II - O exercício de aprendizagem dos padrões dos grupos sociais diferenciados.
- III - Reflexão teórica sobre as práticas morais humanas em distintas situações.
- IV- A busca dos princípios ou fundamentos do agir moral humano.

Podemos considerar corretas as afirmações:

- A) I e IV.

- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) II e IV.

67. Segundo E. Rabuske, o homem contemporâneo desperta “um sentimento negativo de inquietação” tanto no nível da ética quanto da técnica. O autor fundamenta isto a partir da constatação que na antiguidade também havia admiração e espanto a respeito do homem, mas sem inquietação tão negativa.

Esta negatividade atual é justificada a partir;

I - Da constatação de que o ser humano é capaz de adaptações inéditas.

II - Da força destruidora e do uso inconsequente das poderosas tecnologias contemporâneas.

III - Da crescente religiosidade vivenciada por todas as camadas sociais.

IV - Da autonomia que o humano se atribuiu frente ao nível religioso e no domínio da natureza.

Podemos considerar corretas as afirmações:

- A) I e III
- B) III e IV
- C) II e III
- D) II e IV

68. Em “Cultura, um conceito antropológico” Roque de Barros Laraia, afirma na abertura de seu livro: “Este volume trata da discussão de um dilema: a conciliação da unidade biológica e a grande diversidade cultural da espécie humana. Um dilema que permanece como o tema central de numerosas polêmicas, apesar de Confúcio ter, quatro séculos antes de Cristo, enunciado que “ a natureza dos homens é a mesma, são seus hábitos que os mantêm separados”.

De acordo com a citação, a espécie humana chama a atenção em função por quê:

I - Está presente em todos os cantos do planeta e multiplica sua diversidade biológica.

II - Sua natureza biológica demonstra uma evolução constante.

III - Somos todos humanos, mas geramos formas vida e convivência sempre diferentes.

IV - Apesar da estrutura biológica manter o padrão, a cultura não confirma este padrão.

São aceitáveis as afirmações:

- A) I e II
- B) III e IV
- C) I e III
- D) II e IV

69. Batista Mondin, ao desenvolver a primeira definição filosófica de ser humano, diz que o ser humano pode ser lido de formas opostas: Por um lado foi classicamente visto como um ser natural; por outro, modernamente, passou a ser visto como um ser que histórico que se autoproduz. Para não cair neste antagonismo dualista o autor ressalta o papel da cultura. Ela é vista “como um elemento constitutivo do ser humano”. De acordo com o visto na disciplina, cultura é:

I - Conjunto de elementos criados pelo ser humano para suprir suas necessidades naturais e históricas.

II - O produto da ação humana em função do poder de sua racionalidade e limites de sua natureza instintiva buscando soluções para sua vida.

III - O conjunto de conceitos e saberes próprios das camadas sociais que tem acesso aos bens sofisticados no campo do saber e das artes.

IV - O conjunto de criatividade que podem ser simbolizados pelas sete maravilhas do mundo.

Estão corretas, do ponto de vista filosófico e antropológico, as afirmações:

- A) I e II
- B) II e III
- C) III e IV
- D) II e IV

70. A integração, a auto-realização humana, de acordo com a teologia cristã é uma tarefa complexa, marcada por tensões, pois o humano precisa ser:

I - Senhor de seus semelhantes e submisso aos ditames da natureza.

II - Senhor, isto é sujeito, frente à natureza, e obediente diante de Deus Criador.

III - Submisso aos poderes humanos e produto da natureza.

IV - Frente a Deus, filho; frente ao semelhante, igual; frente a natureza, senhor.

São aceitáveis as afirmações:

- A) I e III
- B) II e III
- C) II e IV
- D) I e IV

Teoria Geral do Processo

71. São ações cautelares as que:

- a) Contêm preceito mandamental
- b) Visam a propositura de uma ação penal subsidiária da pública
- c) Objetivam acautelar o bem para assegurar a efetividade de uma ação futura
- d) Visam a declarar a invalidade dos negócios nulos.

72. A pretensão do Autor em ver seu direito declarado e a pretensão do réu, dirigida ao juiz e com intenção de rebater os direitos desejados pelo autor gera o que a doutrina costuma chamar de:

- a) Coisa julgada formal
- b) Doutrina de Liebman
- c) Bilateralidade do Processo
- d) Princípio da Verdade Real

73. Em relação a efetividade das normas processuais penais o direito pátrio adotou o princípio:

- a) Da inexigibilidade de conduta diversa
- b) Da aplicação imediata das normas processuais
- c) Da analogia in bonam partem
- d) Dos atos jurídicos perfeitos

74. São sistemas ou métodos de solução de conflitos, exceto:

- a) a autocomposição
- b) a arbitragem
- c) a negociação, sem árbitro
- d) a autotutela

D) A incompetência absoluta pode ser conhecida de ofício.

75. É correta a seguinte afirmativa:

- a) A Justiça estadual e eleitoral podem ser consideradas justiças comuns;
- b) A Justiça Federal e a Justiça Militar são justiças especiais;
- c) A Justiça Trabalhista e a Justiça Eleitoral são justiças especiais;
- d) A Justiça Trabalhista e a Justiça Federal são justiças especiais.

76. O princípio da persuasão racional do juiz significa que:

- a) O juiz deve apreciar as questões de fato e de direito, julgando de acordo com o seu livre convencimento motivado;
- b) O juiz deve apreciar as provas de acordo com seu livre convencimento, sem observar o conjunto probatório dos autos;
- c) Deve o juiz atribuir às provas valor inalterável e prefixado;
- d) o juiz deve julgar exclusivamente com a sua razão, sem apresentar fundamentos fáticos e jurídicos.

77. É sabido que nosso ordenamento jurídico não permite a cobrança em juízo de dívida de jogo. A proibição de exigir em juízo dívida de jogo ocasionará

- a) a extinção do feito sem a análise de mérito.
- b) o julgamento conforme o estado do processo.
- c) o julgamento antecipado da lide.
- d) a improcedência da ação.

78. Quando falamos sobre o interesse de agir podemos classifica-lo como sendo um(a):

- a) Elemento da ação;
- b) Princípio processual;
- c) Requisito de legitimidade da parte;
- d) Condição da Ação.

79. Uma ação de separação judicial litigiosa é uma ação que pode ser classificada como:

- a) Constitutiva
- b) Cautelar
- c) Declaratória
- d) Executória

80. Sobre a incompetência absoluta, é correto afirmar que:

- A) A incompetência absoluta levará sempre à extinção do processo.
- B) Tutela-se, com as regras sobre a incompetência absoluta, o interesse privado das partes.
- C) A competência funcional não é competência absoluta.